

MUNICÍPIO DE IJUI – PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA – EXERCÍCIO DE 2021

1 - SOBRE A GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2021

A Lei Federal n.º 4320/64 e a Lei Complementar 101/2000, que consubstanciam arcabouço legal do Orçamento e Contabilidade Pública, complementadas pelas NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, estabelecem normas e diretrizes que orientam os procedimentos técnicos de registros e apurações contábeis para fins de análise e avaliação de desempenho da administração pública brasileira, as quais devem ser observadas por todas as entidades de Direito Público Interno (União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias e fundações), foram adequadamente observadas pelo Setor Contábil da Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Ijuí nos registros das operações decorrentes de fatos econômicos que movimentaram o patrimônio municipal no exercício de 2021.

Com base naqueles diplomas legais, elaborou-se também o presente relatório com o objetivo de apresentar os resultados gerais do exercício, evidenciados nos Balanços: Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, este complementado pela Demonstração das Variações Patrimoniais, como segue.

1.1 - GESTÃO ORCAMENTÁRIA

Inicia-se o presente, informando que o Orçamento do Município de Ijuí – Poder Executivo e Poder Legislativo – Administração Direta, para o exercício de 2021, aprovado pela Lei nº 7.004, de 22 de Dezembro 2020, orçou a Receita Bruta em R\$ 301.881.180,00 (trezentos e um milhões, oitocentos e oitenta e um mil cento e oitenta reais) e a Receita Total Líquida em R\$ 278.187.600,00 (duzentos e setenta e oito milhões, cento e oitenta e um mil e duzentos reais) e fixou a Despesa em 278.187.600,00 (duzentos e setenta e oito milhões, cento e oitenta e um mil e duzentos reais). Esta Lei, denominada Lei de Meios, sofreu posteriormente alterações, para mais e para menos, como a seguir se demonstra.

O Orçamento aprovado pela Câmara Municipal para o exercício de 2021 expressou, na realidade, uma proposição momentânea, ficando dependente das oscilações da gestão das receitas e das demandas da despesa pública, decorrentes de projetos e atividades eleitas pelos diversos órgãos orçamentários do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

O Orçamento original foi adicionado por créditos suplementares no montante de R\$ 69.688.754,38 (sessenta e nove milhões, seiscentos e setenta e oito mil, setecentos e cinqüenta e quatro reais e trinta e oito centavos) e de créditos especiais no montante de R\$ 13.616.031,55 (treze milhões, seiscentos e dezesseis mil, trinta e um reais e cinqüenta e cinco centavos) e diminuídos no montante de R\$ 28.963.709,73 (vinte e oito milhões, novecentos e sessenta e três mil, setecentos e nove reais e setenta e três centavos) por anulações total e parciais de dotações orçamentárias em vários códigos para permitir a abertura de créditos adicionais, totalizando um acréscimo líquido de R\$ 54.341.076,20 (Cinqüenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e um mil, setenta e seis reais e vinte centavos), elevando o orçamento para R\$ 332.528.676,20 (trezentos e trinta e dois, quinhentos e vinte e oito mil, seiscentos e setenta e seis reais e vinte centavos), conforme quadro 1.



Quadro nº 01 - CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA – 2021

MAIS: Créditos abertos no exercício:	R\$	R\$
-Suplementares	69.688.754,38	
-Especiais	13.616.031,55	
-SOMA		83.304.785,93
MENOS:		
-Anulação total e parcial de dotações em vários códigos, para permitir a abertura de créditos adicionais.	(54.341.076,20)	(54.341.076,20)
-SUB-TOTAL		54.341.076,20
MAIS: - Créditos Orçamentários		278.187.600,00
-TOTAL DA DESPESA AUTORIZADA		332.528.676,20

Vários fatos, no correr do exercício, tornaram necessárias novas autorizações orçamentárias, obtidas pelo remanejamento das inicialmente fixadas, através da anulação de dotações constantes do orçamento e também da abertura de outros créditos, consistindo-se, em resumo, da seguinte movimentação, conforme quadro 2:

Quadro 2 – MOVIMENTAÇÃO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS NO EXERCÍCIO DE 2021

Créditos Adicionais:	R\$	R\$
-Suplementares	69.688.754,38	
-Especiais	13.616.031,55	
-Menos Dotações Canceladas	(28.963.709,73)	
-Autorizações Líquidas		54.341.076,20

As variações orçamentárias sintetizadas no Quadro nº 2, refletem as medidas adotadas pelo Executivo Municipal em adequar os valores do orçamento às necessidades de atendimento de prioridades surgidas no decorrer do exercício, ao atendimento de projetos incorporados ao orçamento decorrentes de iniciativas de Órgãos do Executivo, bem como de iniciativas de emendas parlamentares de Deputados Federais e/ou Estaduais.

De outra parte, a sobra de Créditos Orçamentários decorreu da necessidade de contenção de despesas para evitar a ocorrência de insuficiência financeira nas fontes de recurso ao final do exercício, bem como da obediência às determinações da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os quadros a seguir demonstram as receitas por categoria econômica e as despesas autorizadas, incluídos os créditos adicionais abertos e as diferenças apuradas no curso do exercício:

Quadro N° 3 – RESUMO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA, POR CATEGORIA ECONÔMICA – EXERCÍCIO DE 2021

RECEITA			
Especificação	Prevista	Realizada	%
Receitas Correntes	289.542.780,00	339.100.144,82	117,11
Receitas Intraorçamentárias	1.009.200,00	1.048.115,32	103,85
(-) Deduções Fundeb	22.323.580,00	27.699.508,24	124,08
(-) Outras Deduções	1.370.000,00	5.267.339,22	384,47
Receita Corrente Líquida	266.858.400,00	307.181.412,68	115,11
Receitas de Capital	11.329.200,00	7.283.595,71	64,29

9

RECEITA LÍQUIDA	TOTAL	278.187.600,00	314.401.724,11	113,02
Arrecadação a Maior			36.214.124,11	13,02

O Quadro nº 3 evidencia a arrecadação total líquida de R\$ 314.401.724,11 (trezentos e quatorze milhões, quatrocentos e um mil, setecentos e vinte e quatro reais e onze centavos), representando 113,02% dos valores estimados, sendo que as Receitas Correntes ficou a maior em 17,11% da inicialmente prevista, bem como a arrecadação a menor das Receitas de Capital em 35,71% da prevista, gerando, por conseguinte, uma Receita Total Líquida arrecadada a maior equivalente a 13,02% dos valores inicialmente previstos. O principal motivo do aumento das receitas correntes no exercício de 2021 decorreu, principalmente, em função dos recursos recebidos da União, bem como de emendas parlamentares.

Quadro Nº 4 – RESUMO DA DESPESA AUTORIZADA E EXECUTADA - EXERCÍCIO DE 2021

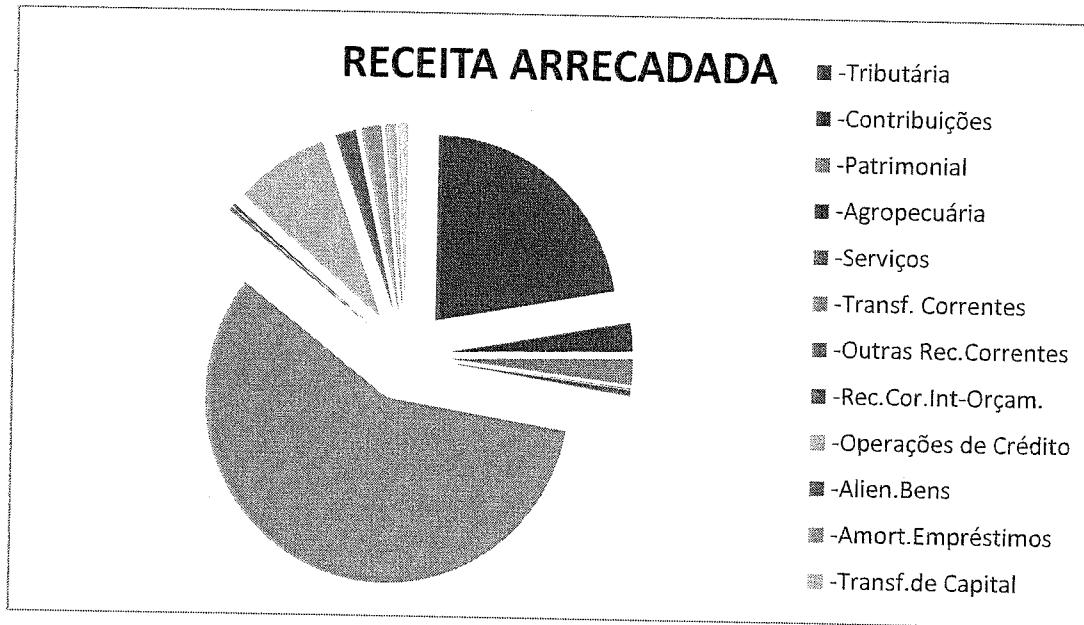
DESPESA			
Especificação	Autorizada	Executada	Diferença
Créditos, Orçamentários, Suplementares e Especiais	332.528.676,20	276.218.867,51	56.309.808,69
Desp. Executada a Menor		56.309.808,69	
TOTAL	332.528.676,20	332.528.676,20	

Percebe-se que a Despesa Executada atingiu o montante de R\$ 276.218.867,51 (duzentos e setenta e seis milhões, duzentos e dezoito mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinqüenta e um centavos), correspondeu a 83,06% da autorizada e suplementada no exercício. Do confronto entre a Receita realizada líquida e da Despesa empenhada, obteve-se um Superávit de R\$ 38.182.856,60 (trinta e oito milhões, cento e oitenta e dois mil, oitocentos e cinqüenta e seis reais e sessenta centavos) no exercício de 2021.

Quadro Nº 5 – RESUMO DA RECEITA PREVISTA E ARRECADADA, POR CATEGORIA ECONÔMICA – EXERCÍCIO DE 2021

TITULOS	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	VARIAÇÃO
	R\$	R\$	%
Corrente Bruta	289.542.780,00	339.100.144,82	17,12
Corrente Líquida	266.858.400,00	307.187.120,09	15,11
-Tributária	73.585.113,26	87.628.057,47	19,08
-Contribuições	9.437.800,00	10.009.497,36	6,06
-Patrimonial	4.012.699,99	8.979.625,74	123,78
-Agropecuária	119.900,00	251.622,95	109,86
-Serviços	2.254.000,00	2.164.365,77	-3,98
-Transferências Correntes	192.456.466,70	228.563.797,49	18,76
-Outras Receitas Correntes	7.676.800,05	1.503.178,04	-80,42
-Rec. Cor. Intraorçam.	1.009.200,00	1.048.115,32	3,86
- Deduções da Receita Cor.	-22.323.580,00	-32.961.140,05	47,65
Rec. De Capital Bruta	11.329.200,00	7.283.595,71	-35,71
Rec. De Capital Líquida	11.329.200,00	7.214.604,02	-36,32
- Operações de Crédito	4.399.100,00	3.686.853,98	-16,19
- Alienações de Bens	191.000,00	38.654,00	-79,76
-Amort. De Empréstimos	0,00	17.061,53	
-Transferências de Capital	6.703.300,00	3.516.678,61	-47,54
Outras Receitas de Capital	35.800,00	24.347,59	-31,99
- (-) Rec. Dedut. de Capital	0	-68.991,69	
SOMA	278.187.600,00	314.401.724,11	13,02

Arrecadado a Maior		36.214.124,11	
TOTAL	278.187.600,00	278.187.600,00	0,00



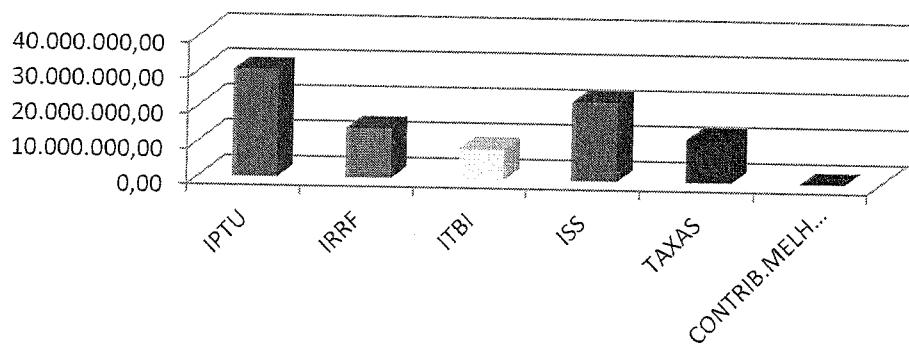
A Receita se comportou, em resumo, por categoria e fonte, da seguinte forma no exercício de 2021: a Receita Corrente Bruta realizada no exercício ficou 17,12% acima dos valores inicialmente previstos; as Receitas de Capital foram realizadas em 35,71% abaixo da inicialmente prevista, gerando uma Receita Total Líquida realizada a maior em 13,02% dos valores inicialmente previstos no Orçamento. Nas Receitas Correntes, destacam-se as Receitas de Transferências, representando 67,40% da Receita Corrente Bruta e 72,69% da Receita Total Líquida; as Receitas Tributárias Próprias com 25,84% da Receita Corrente Bruta e 27,87% da Receita Total Líquida; dentre as mais significativas, tem-se ainda a rubrica Receitas de Contribuições, compostas pela Contribuição Econômica para Iluminação Pública e pelas Contribuições Sociais dos Servidores ao Fassemi e ao Previjuí, que representam 2,95% da Receita Corrente Bruta e 3,18% da Receita Total Líquida. Em relação às Receitas de Capital, destacam-se as Operações de Crédito com 51,10% da Receita de Capital Realizada e 2,18% da Receita Total Líquida de 2021. Por fim, completa o quadro das Receitas o item Receitas Intraorçamentárias Correntes, que se referem às Contribuições Patronais do Executivo e do Legislativo para o atendimento à saúde do servidor (Fassemi) e têm pouca representatividade no conjunto das receitas totais da Administração Direta.

Quadro 5.1 – RESUMO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS PRÓPRIAS – EXERCÍCIO DE 2021

TÍTULOS	PREVISÃO R\$	ARRECADAÇÃO R\$	VARIAÇÃO %
IPTU	22.250.399,99	30.284.175,99	36,11
IRRF	14.174.799,99	14.120.281,72	-0,38
ITBI	5.585.100,00	8.622.251,45	54,38
ISS	20.270.900,01	22.339.074,28	10,20
TAXAS	11.295.513,27	12.251.529,99	8,46
CONTRIB.MELHORIA	8.400,00	10.744,04	27,91
TOTAIS	73.585.113,26	87.628.057,47	19,08

87

RESUMO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS



A Receita Tributária Própria foi realizada em 19,08% a maior dos valores inicialmente previstos para o exercício de 2021, onde se destaca em primeiro lugar a arrecadação do IPTU como a maior fonte da receita tributária própria com 34,55% do total, seguindo-se o ISS com 25,49%, o IRRF com 16,11% e as Taxas com 13,98%, sendo as demais com menor proporção, como o ITBI e a Contribuição de Melhoria.

As Receitas provenientes de Transferências Correntes, por força de mandamento constitucional, tais como o FPM, o IPI, o FUNDEB, o ICMS, o IPVA e outras fontes básicas da receita pública transferida pela União e pelo Estado ao Município, produziram o montante de R\$ 228.563.797,49 (duzentos e vinte e oito milhões, quinhentos e sessenta e três mil, setecentos e noventa e sete reais e quarenta e nove centavos), conforme se demonstra a seguir no quadro nº 5.2:

Quadro Nº 5.2 – RESUMO DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS – EXERCÍCIO DE 2021

TITULOS	PREVISÃO	%	ARRECADAÇÃO	%	Variações % + - S/Prev./Real.
TRANSFERÊNCIAS					
FPM	40.701.566,70	22,71	52.274.554,00	22,81	19,62
ICMS	55.071.800,00	28,62	70.821.566,40	30,99	28,60
IPI	714.300,00	0,37	774.035,36	0,34	8,36
IPVA	15.990.800,00	8,31	18.603.387,20	8,14	16,34
FUNDEB	40.339.300,00	20,96	49.134.050,76	21,50	21,80
OUTRAS TRANSF.	36.638.700,00	19,03	36.956.203,77	16,17	0,87
TOTAL	192.456.466,70	100	228.563.797,49	100	18,76

ARRECADAÇÃO DAS REC. DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

- FPM
- ICMS
- IPI – Exportação
- IPVA
- FUNDEB
- OUTRAS

Assinatura

ST

Dentre as Receitas de Transferências Correntes no exercício de 2021, destacam-se as relativas ao ICMS com 30,99% das Transferências totais, seguindo-se as do FPM com 22,81%, o Fundeb com 21,50%. Outras Transferências da União, do Estado e de outras fontes, com 16,17%, e o IPVA com 8,14%.

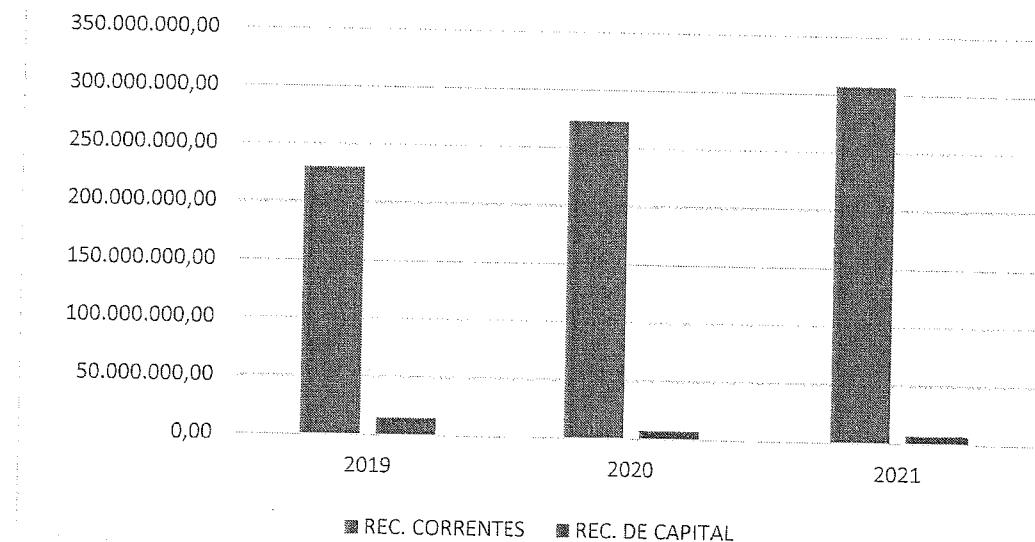
No confronto dos valores totais e finais da Receita e da Despesa, fica evidenciado o esforço da Administração Municipal em viabilizar as receitas próprias, em especial aquelas que dizem respeito à participação direta das empresas e dos proprietários territoriais urbanos (ISS e IPTU, bem como pelos serviços demandados pela coletividade, representados através da cobrança das respectivas taxas). Em relação às Transferências Correntes, merece destaque a Receita de Repasse do ICMS, que teve um bom desempenho, inclusive com a melhora do índice de retorno, ocasionado pelo crescimento do valor adicionado das operações econômicas da produção local nos últimos três anos, apesar da Pandemia do Novo Coronavírus, bem como a venda da CEEE – D que resultou aos entes federados do Estado do Rio Grande do Sul um incremento nas transferências de ICMS. Merece destaque, ainda, a comparação do comportamento da arrecadação do triênio 2019/2020/2021, conforme quadro seguinte:

Quadro Nº 06 – COMPARAÇÃO DA RECEITA BRUTA ARRECADADA NO PERÍODO DE 2019/2021

EXERCÍCIO	REC. CORRENTES	REC. DE CAPITAL	RECEITA TOTAL
	R\$	R\$	R\$
2019	230.098.738,78	14.824.456,51	244.923.195,29
2020	273.587.462,92	7.396.035,36	280.983.498,28
2021	307.187.120,09	7.214.604,02	314.401.724,11

Em Valores históricos

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA



O quadro nº 06 evidencia a evolução positiva, em valores originais, da **receita corrente** arrecadada pela Administração Direta nos três últimos exercícios: do exercício de 2019 para 2020 o crescimento foi de 18,9%, do exercício de 2020 para o exercício de 2021 o crescimento foi de 12,28% já as **receitas de capital** de 2019 para 2020 apresentou uma redução de 50,11% e do exercício de 2020 para 2021 uma redução de 2,45%.

BB

SL

Quadro Nº 07 RESUMO DA DESPESA AUTORIZADA E EXECUTADA POR ÓRGÃO – EXERC. DE 2021

ÓRGÃO DO GOVERNO	AUTORIZADA	EXECUTADA	%	SALDO NÃO UTILIZADO	
	R\$	R\$		R\$	%
Câmara Municipal de Vereadores	7.820.000,00	6.775.712,64	2,45	1.044.287,36	1,85
Gabinete do Executivo Municipal	6.384.800,00	5.665.263,28	2,05	719.536,72	1,28
Secr.Mun.Governo	2.122.717,65	1.186.095,20	0,43	1.624.766,58	2,89
Secr. Mun.da Administração	14.413.000,00	13.948.232,56	5,05	464.767,44	0,83
Secret. Municipal do Planejamento	2.089.500,00	1.853.996,12	0,67	4.764.535,14	8,46
Secret. Municipal do Fazenda	11.043.447,80	6.604.437,06	2,39	4.439.010,74	7,88
Secret.Munic.Desen Social	13.284.721,05	8.945.596,11	3,24	4.339.124,94	7,71
Secr.Mun.Des.Econom	2.510.200,00	1.672.015,89	0,61	838.184,11	1,49
Secret. Mun. da Educação	99.221.323,00	90.585.069,09	32,79	8.636.253,91	15,34
Sec.Mun.Desenvolvimento Rural	9.672.065,00	6.484.179,14	2,35	3.187.885,86	5,66
Sec.Mun. Desenv.Urbano	28.580.086,36	18.288.832,02	6,62	10.291.254,34	18,28
Secr.Mun.Saude	102.330.267,95	88.687.823,00	32,11	13.642.444,95	24,23
Encargos Gerais do Município	9.478.007,32	9.471.390,53	3,43	6.616,79	0,01
Secr.Mun.do Meio Ambiente	12.945.308,16	8.930.166,58	3,23	4.015.141,58	7,13
Reserva de Contingência	-	0	0,00	0,00	0,00
Secret. M. Cultura, Esporte e Turis	8.643.431,91	5.875.168,66	2,13	2.768.263,25	4,92
Secret. M. de Habitação	1.989.800,00	1.244.889,63	0,45	744.910,37	1,32
TOTAL	332.528.676,20	276.218.867,51	100	56.309.808,69	100

A Despesa pública assim se desdobrou, global e resumidamente, por Órgão de Governo e por Função, quadros 7 e 8, respectivamente:

O Quadro 7 evidencia o esforço de cada Órgão de Governo em racionalizar gastos, para fazer frente às determinações Constitucionais, à Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o fechamento do exercício fiscal com superávit econômico e financeiro preconizado pelo Chefe do Executivo. Os percentuais representativos de valores de despesas não empenhadas, de um lado, representam a participação de cada órgão na economia feita pelo Município.

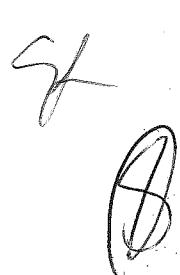
8

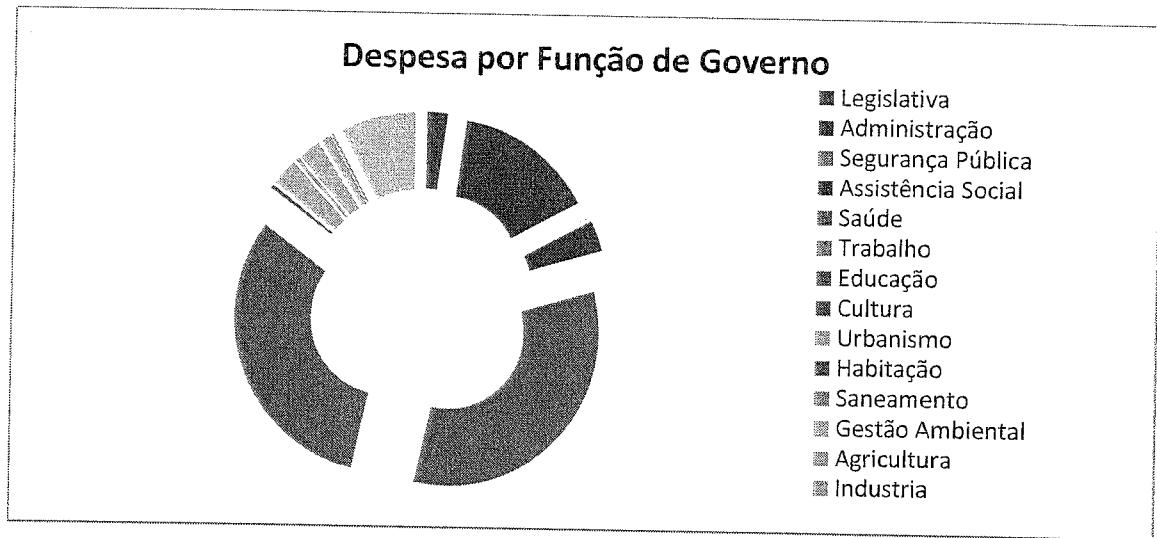
SG

A maior parcela dos recursos foi destinada à Secretaria Municipal da Educação, com 32,79% da despesa executada, seguindo-se a Secretaria da Saúde com 32,11%; a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano alcançou o terceiro lugar na aplicação dos recursos com 6,62 das despesas totais.

Quadro Nº08 – DESPESA EXECUTADA, POR FUNÇÃO DE GOVERNO - EXERCÍCIO. DE 2021

FUNÇÕES	R\$	%
Legislativa	6.246.735,09	2,26
Administração	39.379.341,39	14,26
Segurança Pública	104.888,85	0,04
Assistência Social	8.864.617,23	3,21
Saúde	88.687.823,00	32,11
Trabalho	13.650,00	0,00
Educação	85.926.276,12	31,11
Cultura	3.035.534,80	1,10
Urbanismo	10.624.113,63	3,85
Habitação	536.954,71	0,19
Saneamento	424.436,44	0,15
Gestão Ambiental	6.623.379,76	2,40
Agricultura	3.749.483,04	1,36
Industria	494,50	0,00
Comércio e Serviços	175.428,00	0,06
Desporto e Lazer	767.702,02	0,28
Encargos Especiais	21.058.008,93	7,62
Reserva de Contingência	0,00	0,00
TOTAL	276.218.867,51	100,00





A despesa executada, agora apresentada por função de governo, procura evidenciar os gastos públicos segundo sua finalidade. De certa forma, também em 2021, a função com maior fatia de recursos foi Saúde com 32,11%, seguindo-se a função Educação com 31,11%, a Administração com 14,26%, os Encargos Especiais com 7,62%, seguindo-se outras com menor incidência.

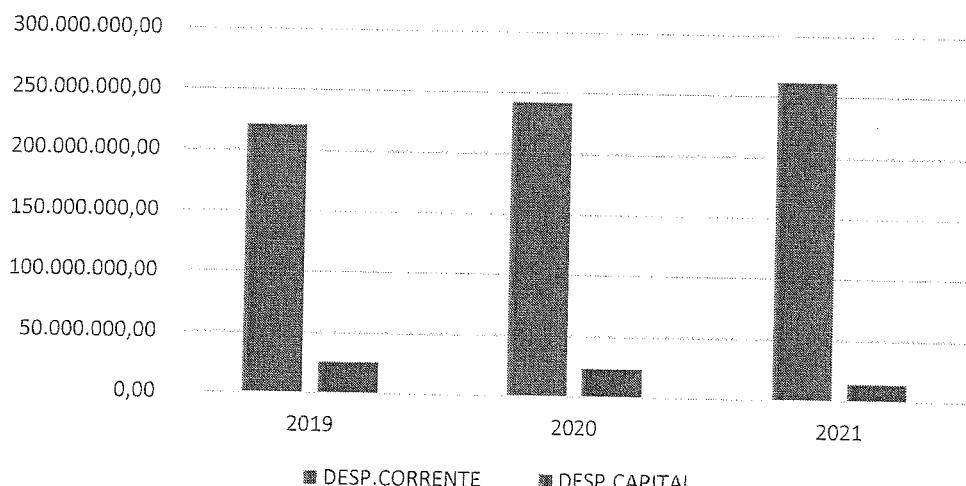
Merce destaque, ainda, a comparação do comportamento da Despesa no triênio 2019/2020/2021, conforme quadro seguinte:

Quadro N° 09 – COMPARAÇÃO DA DESPESA EMPENHADA) NO PERÍODO 2019/2021
(sem Intra-orçamentária)

EXERCÍCIO	DESP.CORRENTE	DESP.CAPITAL	TOTAL
2019	220.883.766,79	26.235.818,86	247.119.585,65
2020	242.167.437,50	23.782.054,41	265.949.491,91
2021	261.884.261,86	14.334.605,65	276.218.867,51

Em valores históricos.

COMPARATIVO DA DESPESA EMPENHADA



CF

AB

O quadro nº 09 evidencia a evolução, em valores originais, da despesa empenhada pela Administração Direta nos três últimos exercícios: do exercício de 2019 para 2020 um crescimento de 7,62% e do exercício de 2020 para 2021 ocorreu um crescimento de 3,86%.

O Quadro nº 10 evidencia as fontes de recursos que geram a obrigação do Executivo quanto a aplicação de recursos recebidos de Impostos no MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Infantil (25% conforme a Constituição Federal e, na Educação 35%, conforme Lei Orgânica Municipal).

**Quadro Nº 10– RESUMO DOS RECURSOS E DESPESAS APLICADAS EM EDUCAÇÃO CONFORME STN
– SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – EXERCÍCIO DE 2021**

RECEITAS DE IMPOSTOS	31/12/2021
Impostos Próprios	70.797.246,44
Repasso FPM	52.135.548,02
ITR	139.005,98
Repasso ICMS	70.821.331,01
IPVA	18.603.112,54
IPI s/Exportações	774.035,36
TOTAL – 25%	213.270.279,35
-REPASSE FUNDEB	49.134.050,76
(-) RETENÇÕES FUNDEB	27.699.491,04
(=) PLUS FUNDEB	21.434.559,72
(+) REC.APLIC.FINANC.FUNDEB.	211.085,48
(+) REC.APLIC.FINANC.MDE	
(=) TOTAL DAS DEDUÇÕES	21.645.645,20
Mínimo 25% da Receita de Impostos	53.317.569,84
DESPESA APLICADA MDE	53.606.735,71
% APLICADO	25,14%

CF

AB

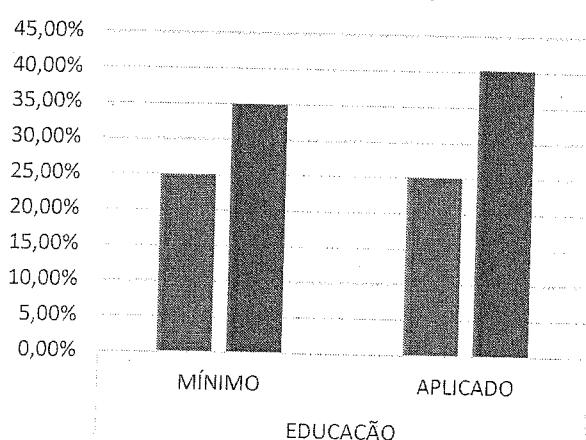
Quadro 10.1 DESPESAS COM EDUCAÇÃO CONFORME LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL	
Receita Líquida de Impostos	213.270.279,35
(+) FNDE	4.080.993,01
(+) Projetos	
(+) Transp. Escolar	540.471,68
(+) Plus Fundeb	21.434.559,72
(=) Base de Cálculo 35% LOM	239.326.303,76
Mínimo 35% A SER APLICADO	83.764.206,31
DESPESA EMPENHADA EDUCAÇÃO	96.599.382,39
% APLICADO	40,36%

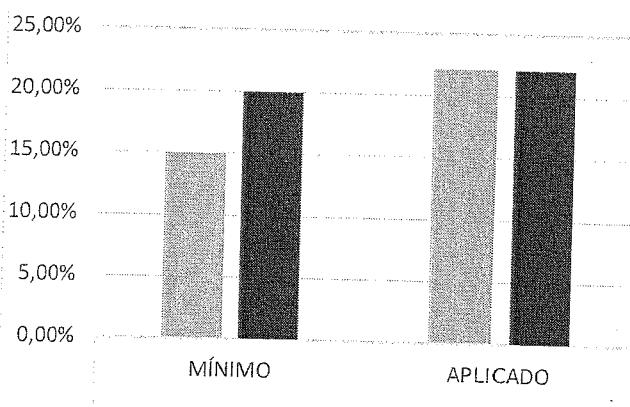
Quadro N° 11 - TABELA DOS INDICES LEGAIS – EXERCÍCIO DE 2021

DISPOSITIVOS LEGAIS	EDUCAÇÃO		SAÚDE	
	MÍNIMO	APLICADO	MÍNIMO	APLICADO
- Constituição Federal	25,00%	25,14%	15,00%	22,17%
- Lei Orgânica Municipal/LDO	35,00%	40,36%	20,00%	22,17%

INDICES LEGAIS EDUCAÇÃO



INDICES LEGAIS SAÚDE



■ Constituição Federal ■ Lei Orgânica Municipal/LDO

■ Constituição Federal ■ Lei Orgânica Municipal/LDO

AB *ST*

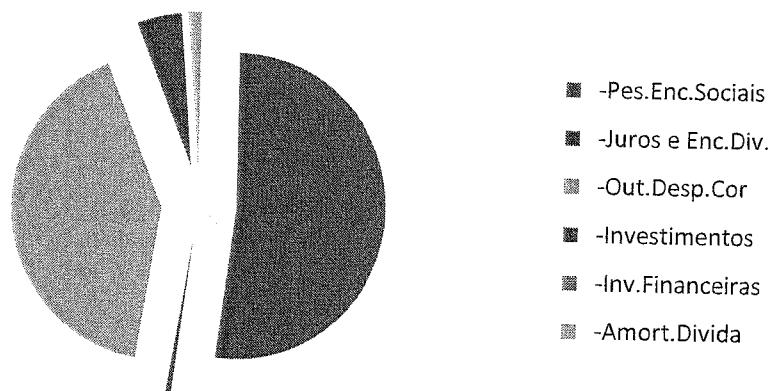
Os gastos com Educação no Município de Ijuí têm dois limites mínimos a serem cumpridos, ou seja, o Constitucional de 25%, onde atingiu-se 25,14% e o estabelecido pela Lei Orgânica Municipal de 35%, compreendidos também os gastos com o ensino de 2º Grau, onde atingiu o percentual de 40,36%.

Em relação aos gastos com Saúde, o limite mínimo estabelecido pela Constituição Federal é de 15% de recursos próprios e a Lei Orgânica Municipal estabelece um mínimo de 20%, sendo que o Município de Ijuí empenhou 22,17% de recursos próprios em Saúde.

Quadro Nº 12 – RESUMO DA DESPESA AUTORIZADA E EXECUTADA, POR CATEGORIA ECONÔMICA – EXERCÍCIO DE 2021

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA R\$	%S/ TOTAL	REALIZADA R\$	%S/ TOTAL	SALDO NÃO UTILIZADO R\$	%S/ TOTAL
DESPESAS:						
-Correntes	252.207.635,06	75,85	218.933.900,26	79,26	33.273.734,80	59,09
-Pes.Enc.Sociais	128.137.449,67	38,53	121.211.948,16	43,88	6.925.501,51	12,30
-Juros e Enc.Div.	1.297.000,00	0,39	1.297.000,00	0,47	0,00	0,00
-Out.Desp.Cor	122.773.185,39	36,92	96.424.952,10	34,91	26.348.233,29	46,79
					0,00	0,00
-De Capital	29.138.384,13	8,76	14.334.605,65	5,19	14.803.778,48	26,29
-Investimentos	26.027.984,13	7,83	11.226.228,01	4,06	14.801.756,12	26,29
-Inv.Financeiras	2.000,00	0,00	0	0,00	2.000,00	0,00
-Amort.Divida	3.108.400,00	0,93	3.108.377,64	1,13	22,36	0,00
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	0,00
Despesa Intra	51.182.657,01	15,39	42.950.361,60	15,55	8.232.295,41	14,62
TOTAL	332.528.676,20	100,00	276.218.867,51	100,00	56.309.808,69	100

DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONOMICA



O quadro nº 12 apresenta o comportamento das Despesas, por Categoria Econômica e principais Elementos de Despesas, no exercício de 2021. O maior volume de Despesa ficou por conta das Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, com 43,88%, seguido-se Outras Despesas Correntes com 34,91% e Juros e Encargos da Dívida com apenas 0,47% da despesa total. Nas Despesas de Capital (5,19% das despesas totais), predominaram os Investimentos, atingindo o percentual de 4,06% da despesa total. As demais rubricas de despesas de capital são de pouca expressão no conjunto das Despesas da Administração Direta.

✓

Do confronto entre as Receitas Realizadas e as Despesas Executadas em 2021, constata-se a existência de um Superávit na execução orçamentária, consubstanciado no Balanço Orçamentário, no valor de R\$ 38.182.856,60 (trinta e oito milhões, cento e oitenta e dois mil, oitocentos e cinqüenta e seis reais e sessenta centavos).

RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA.....	R\$ 314.401.724,11
DESPESA REALIZADA.....	<u>R\$ 276.218.867,51</u>
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO LÍQUIDO	R\$ 38.182.856,60

2 – GESTÃO FINANCEIRA

Considerando que a gestão financeira dos entes públicos observa o regime misto, onde se registram as Receitas efetivamente recebidas (Regime de Caixa) e se oneram as Despesas Empenhadas - pagas e a pagar, inclusive as Despesas de Exercícios Anteriores (Regime de Competência), evidenciando a alta expressão desse complexo contábil que cerca a gestão financeira no contexto das contas públicas, conforme demonstram os quadros seguintes:

Quadro N° 13 – RESUMO DA RECEITA POR PROCEDÊNCIA – EXERCÍCIO DE 2021

RECEITA	ARRECADADO	% SOBRE O TOTAL ARRECADADO
I - PRÓPRIAS	102.774.130,19	32,69
Tributos e Rendas Diversas	87.628.057,47	27,87
Contribuições Econômicas e Sociais	10.008.533,18	3,18
Patrimonial (Aluguéis e Rendim. De Aplicações Financ. Rec. Próprios)	6.614.404,73	2,1
De Serviços	2.115.391,68	0,67
Receita Agropecuária	238.833,44	0,08
Outras Receitas Correntes	1.375.867,18	0,44
(-) Renúncia, Restituições, Descontos e Indenizações	5.206.957,49	1,66
II - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	153.581.297,87	48,85
II a - DA UNIÃO	72.316.634,78	23
Participações nas Receitas da União	42.614.759,11	13,55
Convênios e Projetos da União	26.487.008,13	8,42
Transferência de Capital	3.214.867,54	1,02
II b - DO ESTADO	81.264.663,09	25,85
Participações nas Receitas do Estado	72.422.875,14	23,04
Convênios e Projetos do Estado	8.601.787,95	2,74
Transferência de Capital	240.000,00	0,08
III - Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	2.253.108,81	0,72
IV - AUXÍLIOS	50.683.184,60	16,12
FUNDEB	49.134.050,76	15,63
(-) Retenções p/ Formação do FUNDEB	27.699.508,24	8,81
(-) Plus FUNDEB	21.434.542,52	6,82
De Instituições Privadas	1.290.055,58	0,41
Transferência de Municípios	259.078,26	0,08
V - RECEITAS DE CAPITAL	3.759.736,48	1,2
VI - RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.048.115,32	0,33

Dos recursos gerados em 2021, destaca-se a preponderância das participações em Transferências Federais e Estaduais com 48,85% da Receita Total Líquida, seguindo-se as receitas próprias com 32,69 %, os auxílios recebidos do Fundeb, instituições privadas e outros municípios, com 16,12% dos recursos totais. Destaque-se ainda que a receita própria atingiu mais de trinta e dois por cento das receitas totais, posição esta que certamente não é comum na maioria dos Municípios do Estado e menos ainda em termos de País.

Quadro Nº 14 –DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2021

RUBRICAS	R\$	RUBRICAS	R\$
Receita Orçamentária	314.401.724,11	Despesas Orçamentárias	276.218.867,51
Transf. Financeira Recebidas	14.649.199,01	Tansf. Financ. Concedidas	14.620.000,00
Receita Extra Orcamentárias	72.109.292,43	Despesas Extra Orcamentárias	65.413.302,06
Saldo Exercícios Anteriores	62.959.489,39	Saldo Exercício Atual	<u>107.867.535,37</u>
TOTAL	464.119.704,94	TOTAL	464.119.704,94

Quadro Nº 15 – DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DO RESULTADO FINANCEIRO EM 31/12/2021

ATIVO DISPONÍVEL	R\$ 107.867.535,37
(-) PASSIVO CIRCULANTE.....	R\$ 15.667.627,52
SUPERÁVIT FINANCEIRO.....	R\$ 92.199.907,85

O superávit financeiro apurado no final do exercício de 2021 é de R\$ 92.199.907,85 (noventa e dois milhões, cento e noventa e nove mil, novecentos e sete reais e oitenta e cinco centavos) e é apurado pelo confronto das disponibilidades (livres e vinculadas), diminuído das dívidas totais (de curto prazos). Porém, para verificar-se o Superávit Financeiro Líquido deve-se diminuir também os valores de Restos a Pagar Não Processados, o que resulta em um Superávit Financeiro Líquido geral de R\$ 75.877.488,35 (setenta e cinco milhões, oitocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e cinco centavos).

Apesar do momento recessivo geral do País e das dificuldades de geração de recursos, especialmente das Receitas de Capital, fica, assim mesmo, evidenciada a boa situação financeira do Município de Ijuí – Administração Direta, pois após considerar-se as contas a pagar, ainda sobram mais de setenta e cinco milhões de reais nos cofres municipais para fazer frente aos pagamentos de despesas iniciais do exercício de 2022.

3 – GESTÃO PATRIMONIAL

A gestão patrimonial representa o verdadeiro estuário da Contabilidade Pública, porque para seu Balanço, convergem todos os resultados das diversas contas do Ente Público. Por este motivo, cumpre ressaltar aqui, o acréscimo patrimonial no valor de R\$ 62.906.654,46 (sessenta e dois milhões, novecentos e seis mil, seiscentos e cinqüenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), ora sob exame, como se demonstra a seguir.

O Ativo do Balanço Patrimonial (a soma dos valores dos bens e direitos realizáveis) é representado pelos seguintes elementos patrimoniais destacados nos quadros nº 16 e 17 que seguem:

Quadro N° 16 – RESUMO DOS ELEMENTOS DO ATIVO EM 31/12/2021

ATIVO	R\$
ATIVO CIRCULANTE	153.061.644,35
Caixa e equivalente de caixa	107.867.535,37
Créditos a Curto Prazo (líquidos)	44.210.169,54
Outros Créditos a Receber de Curto Prazo	0,00
Estoques - Almoxarifados	983.939,44
ATIVO NÃO CIRCULANTE	151.592.073,73
Créditos Realizáveis de Longo Prazo	7.689.989,13
Investimentos	1.044.959,72
Imobilizado	142.791.682,88
Intangível	65.442,00
TOTAL DO ATIVO (APLICAÇÕES)	304.653.718,08

O Passivo representa as obrigações do Município que devem ser cumpridas no curto e no longo prazos. Completa o quadro das Fontes de Recursos, o Patrimônio Líquido, que é o que sobra ao Município em termos de bens e direitos realizáveis após a cobertura de todas as suas dívidas, como se destaca no quadro seguinte:

Quadro N° 17 – RESUMO DOS ELEMENTOS DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2021

PASSIVO	R\$
PASSIVO CIRCULANTE	15.667.627,52
Obrigações Trabalhistas	4.698.041,42
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	3.562.996,95
Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo	1.415.907,04
Demais Obrigações de Curto Prazo	5.990.682,11
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	10.390.231,09
Obrigações Trabalhistas de Longo Prazo	354.619,34
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	9.189.014,04
Fornecedores e Contas a Pagar de Longo Prazo	47.743,24
Demais obrigações de Longo Prazo	524.593,40
Resultado Diferido	274.261,07
TOTAL DO PASSIVO	26.057.858,61
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	278.595.859,47
TOTAL DO PASSIVO E PL (FONTES)	304.653.718,08

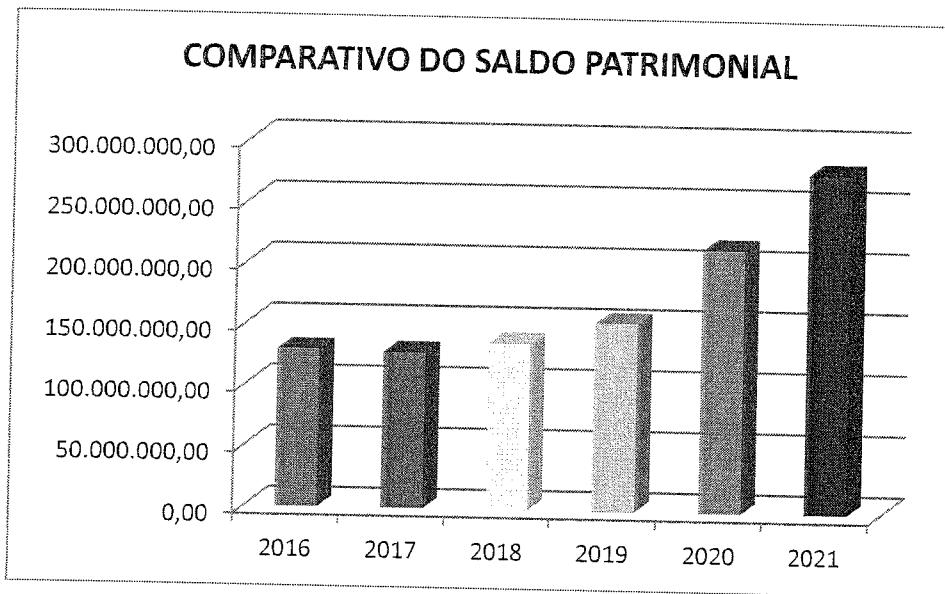
O Ativo apresentou uma evolução positiva no exercício, em especial do Ativo Circulante – especialmente representado pelas disponibilidades, bem como no Ativo Não-Circulante, representado pelos acréscimos nos bens móveis e imóveis.

B H

Em relação ao Passivo Circulante, destacam-se os Restos a Pagar, compostos basicamente por obrigações de curto prazo com fornecedores e prestadores de serviços cujos compromissos têm vencimento previsto para o início do exercício de 2022, bem como contas a pagar decorrentes de retenções de folha de pagamento de servidores. O Passivo Não Circulante é constituído por obrigações decorrentes de parcelas de financiamentos de investimentos para infraestrutura realizados pela Administração, com vencimento de longo prazo.

Quadro 18 – COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – SALDO PATRIMONIAL, EM 31 DE DEZEMBRO, EM VALORES HISTÓRICOS

EXERCÍCIO	SALDO PATRIMONIAL-R\$
2017	127.608.273,13
2018	136.328.425,65
2019	153.810.074,02
2020	215.689.205,01
2021	278.595.859,47



Do exposto, chega-se por fim, ao **saldo patrimonial líquido**, ou seja, à posição líquida do patrimônio em 31/12/2021, que resulta do confronto entre os valores do Ativo e do Passivo, sendo este o Patrimônio Líquido, representado pela importância de R\$ 278.595.859,47 (duzentos e setenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e nove, duzentos e cinco reais, e um centavo) contra um Patrimônio Líquido de R\$ 215.689.205,01 (duzentos e quinze milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, duzentos e cinco reais e um centavo) de 2020, de R\$ 153.810.074,02 (cento e cinqüenta e três milhões, oitocentos e dez mil, setenta e quatro reais e dois centavos) de 2019, de R\$ 136.328.425,65 (cento e trinta e seis milhões, trezentos e vinte e oito mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta e cinco centavos) em 2018, de R\$ 127.608.273,13 (cento e vinte e sete milhões, seiscentos e oito mil, duzentos e setenta e três reais e treze centavos) em 2017.

(Assinatura)

Quadro N° 19 – MUTAÇÕES DA RECEITA E DA DESPESA DE 2021.

CONTA	R\$	CONTA	R\$
Impostos, Taxas e Cont. de Melhoria.	92.493.467,53	Pessoal e Encargos	163.256.607,28
Contrib. Econ. e Sociais	11.057.612,68	Benefícios Prev e Assist.	1.912.209,17
Exploração e Venda de Bens, serviços e direitos	2.044.501,11	Uso de Bens, serviços e Consumo de capital fixo	77.883.000,29
Variação Patrim.Aum.Fin	11.332.780,07	Variações Patrimoniais	1.257.667,05
Transf e Deleg. Recebidas	228.199.203,63	Diminutivas	
Valorizações e Ganhos com Ativos	1.396.654,95	Transf. e Deleg. Concedidas	28.721.101,12
Outras Var. Patrimoniais Aumentativas	19.721.311,85	Desvalorização e perdas de ativos	25.445.748,92
SOMA	<u>366.245.531,82</u>	Tributárias	3.107.541,50
		Outras Var. Patrimoniais	
		Diminutivas	3.334.856,76
TOTAL	<u>366.245.531,82</u>	SOMA	<u>304.918.732,09</u>
		Superávit Econômico	61.326.799,73
		TOTAL	<u>366.918.732,09</u>

Apesar das dificuldades enfrentadas na realização de alguns itens de receitas, o superávit econômico acima demonstra com perfeição o sucesso da gestão pública implementada no exercício de 2021 no Município de Ijuí, pelo fortalecimento dos ativos municipais e o controle dos seus passivos.

(Assinatura)

(Assinatura)

CONCLUSÃO

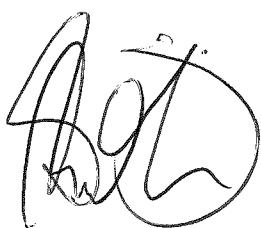
O presente relatório resume o produto econômico-financeiro do esforço do Executivo Municipal na realização das receitas para fazer frente às despesas da Administração Direta, num ano que, ainda por imposição da Lei Complementar 173/2020, se mostrou recessivo ao Setor Público e Econômico em geral, em especial pelas restrições impostas tanto ao Governo Federal como o Governo Estadual e Municipal pela contenção de seus gastos, em especial, quanto ao congelamento da despesa com pessoal no que tange a reposição do índice inflacionário, bem como, qualquer outra vantagem paga na folha dos servidores.

De outra parte, quanto a receita orçamentária, tanto a própria como a de transferências, ao longo do ano foram se efetivando de forma a superar a expectativa inicial. Com relação às transferências do Estado, em especial o ICMS, com a recuperação da estiagem que afetou a produção das lavouras no Rio Grande do Sul em 2020 e o avanço da produção industrial puxaram o resultado da economia em 2021, ocorrendo com isso, um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho, bem como, a venda da CEEE – D que resultaram aos entes federados do Estado do Rio Grande do Sul um incremento nas transferências de ICMS. Também se verificou melhora na realização das demais receitas, entre outras fontes, as transferências da União (FPM), e isto se evidencia através do Balance da Receita Orçamentária, com o comparativo da Receita Prevista com a Receita Realizada, onde tivemos uma arrecadação a maior de 13,02%.

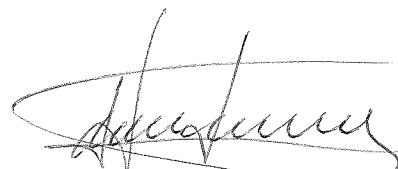
Mesmo com as restrições impostas pela Lei Complementar 1723/2020, com as limitações de contratar servidores do quadro efetivo, foi possível dar continuidade aos serviços de atendimento às demandas da comunidade, tanto da saúde, como educação, habitacional, social e econômico, bem como em melhorias na infraestrutura urbana e rural.

Por fim, salienta-se que os órgãos do Poder Executivo, juntamente com o Setor Contábil, acompanharam mês a mês (balanceiros mensais) a execução orçamentária, tendo examinado não só a legalidade das despesas executadas como também, a exatidão da receita arrecadada aos cofres públicos do Município, não encontrando qualquer falha que pudesse afetar os resultados apresentados neste Relatório.

Ijuí, 29 de março de 2022



ANDREI COSSETIN SCZMANSKI
Prefeito



SERAFIM MARQUES FERREIRA
Secretário da Fazenda